

GALHOS DE UM ARBUSTO ATLÂNTICO: breve história de uma quase ausência

Paulo Motta Oliveira

1. INTRODUÇÃO: DIÁLOGOS TRANSATLÂNTICOS

Toda história literária escrita sobre um determinado país é um tecido em que se mesclam autores nacionais com outros que, nascidos *no estrangeiro*, acabaram por penetrar, de variadas formas, a singular literatura de dada nacionalidade. É inevitável a presença desses outros, que acabam por servir de espelho em que o eu enxerga a si e marca os traços específicos de seu rosto. Mas os outros não têm sempre as mesmas características, e, poderíamos dizer, existem alguns outros que quase não o são: referimo-nos aqui aos *quase universalmente* outros, presenças marcantes em histórias literárias de vários países. Esses autores acabam por constituir um outro *Cânone Ocidental*, não fruto de uma vontade pessoal, mas desdobramento do somatório de muitas, e várias, histórias nacionais.

Se, certamente, seria um estudo interessante o mapeamento desse cânone, que se forma pelos tênues fios que aproximam as histórias literárias, nosso objetivo é aqui muito mais restrito. Se também buscamos um fio de Ariadne, tentaremos achá-lo a partir de certas relações entre algumas histórias literárias dos países de língua portuguesa. Expliquemo-nos.

Em 1946 foram publicadas no Brasil as histórias da literatura que Fidelino de Figueiredo havia escrito muito antes, na década de 10, em Portugal.¹ Na “Conclusão” de *História da Literatura Romântica*, o crítico tece as seguintes considerações:

Durante o romantismo, o Brasil conheceu as literaturas européias principalmente pelas traduções portuguesas e pela interpretação portuguesa e no seu seio acolheu amistosamente escritores portugueses, já na luta pela vida, já no deliberado propósito de propagandear a sua obra. Visitaram o Brasil Castilho e seus irmãos, Vieira de Castro, Mateus de Magalhães, Faustino Xavier de Novais, (...) etc. Em Portugal se formaram literariamente dois dos escritores brasileiros de mais vulto desse período: o historiador Francisco Adolfo Varnhagen (...), e o poeta Gonçalves Dias (...). Também Casimiro de Abreu, residindo em Portugal, recebeu profundas influências portuguesas.²

Já na “Conclusão” da *História da Literatura Realista* Fidelino considera:

(...) essa literatura (a realista) tinha ainda força de expansão e, como no romantismo, exerceu a sua influência no Brasil. Não podemos medir a grande extensão dessa influência (...). Todos os autores, que estudamos, tiveram no Brasil um público numeroso e solícito, que não lhes regateou entusiasmos, e alguns deles para o Brasil directamente escreveram, fazendo jornalismo literário (...). Teófilo Braga, Eça de Queirós e Guerra Junqueiro tiveram fervorosos discípulos e também enérgicos adversários. (...) A análise da influência literária do realismo português no Brasil será uma das mais formosas páginas do estudo do lusismo nesse país, para o qual Portugal, durante o século XIX, foi inteligente intermediário das principais correntes de pensamento e de gosto artístico, que lhe foi transmitido já adaptadas ao gênio nacional.³

Nos dois casos temos um mesmo movimento, um mesmo tipo de reflexão: a forma como a cultura portuguesa dos oitocentos influenciou e atuou na literatura brasileira, através de vários meios – pela formação de escritores brasileiros em Portugal, ou pela vinda de portugueses ao Brasil, pela colaboração direta de escritores lusos em periódicos brasileiros, pela divulgação, aqui, de livros de autores portugueses ou de outros países que foram, em Portugal, traduzidos. Esses trechos com certeza indicam

a existência, ao longo de todo o século XIX, de uma rede de contatos entre os intelectuais portugueses e o Brasil. Mas, curiosamente, parecem mostrar apenas um lado dessa relação, a presença, no Brasil, da literatura portuguesa, de seus autores e de seus produtos.

Provavelmente alguns leitores, ao tomarem contato com esses trechos, terão lembrado de um outro, que eles de certa forma prefiguram. Referimo-nos aqui às palavras escritas por Antônio Cândido, e publicadas cerca de dez anos depois dessas histórias literárias, no prefácio que escreveu para a primeira edição da *Formação da Literatura Brasileira*, de 1957:

a nossa literatura é galho secundário da portuguesa, por sua vez arbusto secundário no jardim das musas... (...)

*Comparada às grandes, a nossa literatura é pobre e fraca. Mas é ela, não outra que nos exprime. Se não for amada, não revelará a sua mensagem; e se não a amarmos, ninguém o fará por nós.*⁴

Se, com certeza, Fidelino de Figueiredo não concordaria, como também não podemos concordar, que a literatura portuguesa é um *arbusto secundário*,⁵ as indicações presentes nesses trechos do crítico português parecem mostrar que também ele achava que a literatura brasileira era um galho da portuguesa. E um galho *pobre e fraco*.

Mas, hoje, tanto os trechos de Fidelino como o de Cândido podem ser lidos de outra forma. Os primeiros, mesmo que de forma unilateral, indicam a existência de um diálogo entre as literaturas de língua portuguesa que é necessário resgatar e historiar. O trecho do prefácio, por outro lado, prefigura a idéia de que a literatura portuguesa e a literatura brasileira *fazem parte de um mesmo arbusto*. Hoje poderíamos dizer, como a qualifica, com acuidade, Benjamin Abdala Júnior, que a árvore de que a nossa literatura faz parte não é propriamente a portuguesa, mas a do *macrossistema literário da língua portuguesa*,⁶ da qual podemos, com os portugueses e os povos africanos e asiáticos que falam o português, ser considerados os galhos principais, árvore que teria ainda uma enorme quantidade de outros galhos, criados pelas várias diásporas que existiram, e ainda existem, em nossa comunidade lingüística.

O objetivo que aqui temos – olhando um pouco o negativo desses trechos de Figueiredo e Cândido – é, justamente, o de refletir sobre alguns aspectos da história desse macrossistema literário, ou, de forma mais precisa, tentar rastrear a forma como os escritores brasileiros aparecem nas histórias literárias portuguesas do século XIX, tecendo, ainda,

rapidíssimos comentários sobre algumas dessas histórias escritas no século XX. Buscamos assim verificar a face, visível ou apagada, que ganham os escritores brasileiros na historiografia literária portuguesa.

2. HISTÓRIAS LITERÁRIAS DE UMA DECADÊNCIA POR FINDAR

Em 1875 José Maria de Andrade Ferreira e Camilo Castelo Branco lançaram o seu *Curso de Literatura Portuguesa*.⁷ No prefácio escrito por Camilo Castelo Branco, presente no segundo volume, encontramos o trecho abaixo:

*José Maria de Andrade Ferreira dividiu em “Épocas” o seu Curso de literatura portuguesa. Seguiremos este roteiro que não desmerece, comparado aos anteriormente seguidos. Os diversos historiadores demarcaram a seu arbítrio os períodos em que as letras se manifestaram com diversa feição, quer progressiva, quer decadente.*⁸

Esse trecho traz alguns aspectos importantes para uma discussão, mesmo que breve, sobre os rumos da historiografia literária no Portugal oitocentista. Aqui nos deteremos em dois deles: na questão dos períodos em que os vários autores dividiram a história da literatura, e na forma como analisaram o progresso e/ou a decadência das letras portuguesas.

Em relação ao primeiro dos aspectos, devemos assinalar que o arbítrio, indicado por Camilo, com que os historiadores demarcaram os vários períodos da literatura portuguesa, é facilmente detectável, mesmo se apenas nos ativermos às três obras de que aqui trataremos inicialmente – *O Bosquejo da História da Língua e da Poesia Portuguesa*, publicado em 1826 por Almeida Garrett, como introdução ao *Parnaso Lusitano*; o *Curso de Literatura Portuguesa*, de Camilo Castelo Branco e José Maria de Andrade Ferreira, a que já referimos, e o *Curso de História da Literatura Portuguesa* de Teófilo Braga, cuja primeira edição é de 1885. Em todas essas obras a história da literatura portuguesa é dividida em seis épocas diferentes, mas os marcos adotados são, em cada uma delas, distintos. Isso pode ser notado, por exemplo, pelo fato de a primeira época literária de Portugal ir, para Garrett, dos fins do século XIII aos princípios do XVI, enquanto, para Ferreira e Castelo Branco, ela se inicia em 1139 e termina em 1290 e, para Teófilo Braga, compreende os séculos XII a XIV. Um outro exemplo possível dessa diversidade, dos muitos que poderíamos aqui citar, ocorre na forma como esses autores analisam o século XVIII. Enquanto para Garrett esse século possui dois períodos literários distintos, para Ferreira e Castelo Branco ele possui um único, que ainda

continua no século XIX, e para Braga também um único, mas que não chega até o século XIX, momento em que se inicia um novo período.⁹

Os exemplos que aqui citamos indicam que, pelo menos até os finais do século passado, a historiografia literária em Portugal não havia cristalizado determinados marcos e períodos a partir dos quais, de forma consensual, fosse dividida a história literária, e que, em parte por esse aspecto, *os diversos historiadores demarcaram a seu arbítrio os períodos em que as letras se manifestaram com diversa feição, como havia afirmado Castelo Branco*.¹⁰ Se, certamente, seria promissor um estudo sobre as premissas que os levaram a essas várias divisões – o que poderia permitir o início da construção de uma história da literatura oitocentista portuguesa¹¹ – esse estudo extrapola o espaço e o objetivo que aqui temos, que é o de verificar que elementos, apesar das diferenças que apontamos, são comuns às três histórias citadas, e de que forma esses elementos podem servir de chave para entendermos o – já gostaríamos de aqui adiantar – *não papel* que as letras brasileiras nelas ocupam.

A mais significativa semelhança já aparece, indiretamente referida, no primeiro trecho de Camilo que citamos, quando esse autor considera que os historiadores da literatura demarcaram períodos quer progressivos, quer decadentes para as letras. De fato, percorre essas três histórias não só a noção de decadência da literatura portuguesa, mas também a certeza da existência de uma ou mais recuperações desse estado decadente ao longo da história literária.

Esses elementos são patentes, de forma mais clara que nos outros dois textos, no *Bosquejo* de Garrett. Nele, ao traçar a evolução da literatura portuguesa desde as suas origens até praticamente a sua época, Garrett nota a existência de um período áureo, que havia sido preparado pelo que lhe é anterior, e que vai “desde os princípios do século XVI até os do XVII século.”¹² Após essa época “principia a corromper-se o gosto e a declinar a língua”¹³ devido aos “sintomas do *gongorismo e marinismo*,”¹⁴ que fazem com que a poesia de então fique “toda gafa dessa lepra de soberba requintada.”¹⁵ A decadência torna-se ainda mais patente no período seguinte, de fins do século XVII até meados do XVIII, em que “aniquila-se a literatura, corrompe-se inteiramente a língua.”¹⁶ Nesse período, como diz Garrett, “já nós tínhamos recobrado tão gloriosamente nossa independência, já o nome português tornara a ser honra e nobreza, e ainda essa lepra castelhana lavrava.”¹⁷ Existe, após esse momento, uma primeira recuperação durante a segunda metade do século XVIII, em que “Portugal no reinado de el-rei D. José subiu à altura dos outros povos, senão é que em muitas coisas acima.”¹⁸ Mas essa recuperação foi seguida por uma “segunda decadência da língua e literatura,”¹⁹ gerada

principalmente por “um mal terrível (...) a galomania, que sobre perverter o caráter da nação de todo perdeu e acabou com a já combalida linguagem.”²⁰

Como podemos notar, se no período da primeira decadência, o problema era a *lepra castelhana*, nesse segundo a situação é similar, mas tem outra fonte, não mais a Espanha, e sim a França, estado que ainda se torna mais grave devido às traduções: “de traduções estamos nós gafos, e com traduções levou o último golpe a literatura portuguesa: foi a estocada de morte que nos jogaram os estrangeiros.”²¹ Assim, os dois momentos em que a *decadência literária* apareceu foram justamente aqueles em que, deixando de seguir as tendências nacionais, os literatos portugueses tenderam a imitar seja a literatura espanhola, na primeira decadência, seja a literatura francesa, na segunda.

Existe, no final do texto de Garrett, uma certa *visão esperançosa* sobre o futuro, por mais que os elementos concretos da realidade aparentemente não a embasem. Garrett termina o *Bosquejo* da seguinte forma: “A literatura portuguesa não mostra presentemente grandes sintomas de vigor: mas há muita força latente sob esta aparência; o menor sopro animador que da administração lhe venha, ateará muitos luzeiros em que de novo brilhe e se engrandeça.”²²

Assim, percorre o texto não só a noção de decadência da literatura, mas, também, a esperança de um certo retorno a um estado anterior, que o *de novo* do trecho que acabamos de citar deixa muito claro. Essa vinculação, presente matricialmente neste texto de Garrett, também aparecerá nas outras duas histórias da literatura que aqui estamos tratando. Como foge aos nossos objetivos uma análise detalhada dessas duas obras, em que a presença da decadência e da esperança de retorno, ou de superação desse estado decadente, ganham contornos com maiores nuances, contentar-nos-emos em apresentar os momentos em que essas questões aparecem de forma mais evidente.

Em relação ao livro de Ferreira e Castelo Branco devemos notar que, como no de Garrett, é apontada a existência de uma *idade de ouro da poesia e da língua portuguesa*, que é, para os autores do curso, o reinado de D. Manuel e o início do de seu sucessor,²³ sendo que os “últimos tempos do reinado de D. João III, regência de D. Catarina e reinado de D. Sebastião”²⁴ já são vistos como um período de decadência da literatura. Essa decadência, surgida assim em meados do século XVI, como sabemos D. João III morre em 1557, só virá a ser totalmente sanada no século XIX. Já no segundo volume desse curso, quando está a escrever sobre a literatura romântica, Camilo a considerará, como intitula a última parte do livro, como sendo a “Restauração da arte pelo elemento da tradição nacional.”²⁵ Assim, temos nesse livro não só a visão de uma grande

decadência – que se inicia em meados do século XVI e só vem a terminar no século XIX – mas também a percepção de que existe uma restauração que se dá pela recuperação de uma perdida *tradição nacional*. Logo, se Garrett apontava que os dois momentos de decadência eram fruto de uma imitação de características estrangeiras, no livro que agora analisamos a restauração se dá justamente pela nova incorporação, na literatura, de elementos nacionais.

A análise que Teófilo Braga fará, em seu *Curso de História da Literatura Portuguesa*, não estará muito distante da que acabamos de apontar. Para ele, a decadência da literatura portuguesa é gerada por acontecimentos que ocorreram no período que vai, aproximadamente, de 1550 e 1580, como podemos ver abaixo:

A justa relação entre os elementos medievais e clássicos foi quebrada pelo domínio do ensino jesuítico, que tomou conta da Universidade de Coimbra em 1550, e pela Censura literária estabelecida pelo cardeal D. Henrique. (...) Ao fim de trinta anos de ensino jesuítico a consciência portuguesa perdeu o sentimento da nacionalidade (...).²⁶

Esse *sentimento da nacionalidade* só virá a ser recuperado pela literatura, no século XIX, quando “pela primeira vez a Literatura, depois da época dos Quinhentos, se inspirou de temas tradicionais e com relação à vida nacional.”²⁷ Como podemos notar, também aqui, como no curso de Ferreira e Castelo Branco, temos a percepção de uma decadência que vem a terminar no século XIX, pela recuperação de certas características nacionais que estavam desaparecidas desde o século XVI.

Esse breve levantamento que aqui fizemos das três histórias mostra-nos que, em todas elas, está presente não exatamente o binômio decadência/progresso, como o trecho originalmente citado, de Camilo, parecia indicar, mas uma variação deste, que poderia ser melhor expresso como *decadência/regeneração*, em que aquilo que se espera (como ocorre no texto de Garrett), ou que se considera como algo que aconteceu (como no texto de Ferreira e Castelo Branco e no de Braga), não é propriamente um progresso, mas a recuperação de certas características que já antes tinham existido. Esse binômio, como notou, entre outros, Joel Serrão, é fundamental para entendermos muito da cultura do século XIX em Portugal, sendo o conceito de regeneração central para esse período:

(...) importa acentuar (...) que não há diferenças essenciais entre os vários momentos ou tendências da história do nosso liberalismo, quer eles sejam o vintismo, o cartismo, o setembrismo, ou o republicanismo. (...).

(...) o liberalismo português se desenvolveu de acordo com aquilo que pode denominar-se um projecto nacional de regeneração, que directa e indirectamente o liga quer ao passado da nação, quer aos vislumbres esperançosos do seu futuro.

Ora o inicial projecto de regeneração liberal assentava, fundamentalmente, na verificação da decadência da Pátria e no desejo de remediar, com firmeza, esse estado de coisas, que tendia a atribuir-se, exclusivamente, aos malefícios do regime absoluto – tal como, lá para os fins do século, os republicanos buscarão nova panaceia nacional na extinção da monarquia, apesar de constituicionalíssima. Entre esses dois momentos de agudo paroxismo, entre a alvorada e o ocaso de um mesmo processo, cartistas, setembristas, históricos, regeneradores e progressistas disputarão (...) sobre que grupos sociais deviam imprimir ao País o sentido e o ritmo salvadores. Regeneradores, porém, foram todos eles – ou seja, todos eles partiram da angustiada consciência do declínio de uma pátria que não queria sucumbir e, com veemência, queria permanecer.²⁸

Basta aqui pensarmos em alguns dos textos fundamentais do século XIX, que tentaram refletir sobre Portugal e seu destino, para percebermos como a certeza da decadência e o desejo de regeneração percorrem todo o século. Do relatório de Manuel Fernandes Tomás, apresentado às Cortes Constituintes em 1821, passando pela quinta das “Cartas sobre a história de Portugal”, publicada em 1842, por Alexandre Herculano, na *Revista Universal Lisbonense*, passando, a seguir, pela *Causas da decadência dos povos peninsulares nos últimos três séculos*, conferência proferida por Antero na sala do Casino Lisbonense em maio de 1871, para chegarmos às múltiplas manifestações geradas pelo *traumatismo resumo* que foi o *Ultimatum* de 1890, principalmente as produzidas pela Liga Patriótica do Norte, em que se irmanam duas gerações de intelectuais portugueses, – percorre o século a sensação de que Portugal é um país decadente e precível – que se alterna com a outra, de que é um país que já foi grande, e que pode se regenerar.

Assim, como podemos notar, as histórias literárias se inscrevem no interior de uma problemática mais ampla, e estão intimamente relacionadas com outras construções, históricas ou de intervenção, do período.

Se esta conclusão parece ser por demais óbvia, já que, em princípio, qualquer produção cultural possui marcas do período em que foi construída, o que estamos tentando aqui apontar é que, de fato, não existe, no período, uma distinção muito clara entre textos de história literária, textos de história política ou social, textos de intervenção e textos propriamente literários. Todos eles tenderiam a apresentar, de varias formas, esse obsessivo dilema entre a decadência e a regeneração, como, por sinal, várias análises críticas sobre esse período só vêm a confirmar.²⁹

Não é assim estranho que alguns aspectos presentes no *Bosquejo* de Garrett acabem reaparecendo na *Causas da decadência dos povos peninsulares nos últimos três séculos*, que possui, de fato, um estrutura muito parecida com a do texto de Garrett: uma análise detida do passado da península que termina com uma visão esperançosa sobre o futuro, por mais que os elementos concretos da realidade aparentemente não a embasem. Também não é estranho que a falta de um sentimento nacional – elemento fundamental presente nas três histórias literárias citadas, acabe por percorrer uma série de análises sobre o país, desde Alexandre Herculano até Guerra Junqueiro.³⁰

3. AQUI, NÃO CANTA O SABIA

Dentro do contexto que acima apontamos ficam claros os motivos que levam a um quase total silêncio sobre as letras brasileiras nas histórias literárias que aqui analisamos. Sendo a recuperação de um sentimento nacional a chave através da qual os movimentos literários são analisados e valorados, não existe, nessas histórias, espaço para o Brasil.

Assim, se o Brasil está presente, ele aparece *enquanto Portugal*. Os autores citados nessas histórias ou são, em especial, os árcades brasileiros, considerados como representantes de um *arcadismo português* que acabaria por incluir todas manifestações do império, ou são escritores que viveram parte de sua vida no Brasil, parte em Portugal, e que são, em vista disso, considerados como portugueses.

É paradigmática, nesse aspecto, a forma como Garrett se refere aos árcades do Brasil:

*E agora começa a literatura portuguesa a avultar e enriquecer-se com as produções dos engenhos brasileiros. Certo é que as majestosas e novas cenas da natureza naquela vasta região deviam ter dado a seus poetas mais originalidade, mais diferentes imagens, expressões e estilo, do que neles aparece: a educação européia apagou-lhes o espírito nacional: parece que receiam de se mostrar americanos; e daí lhes vem uma afectação e impropriedade que dá quebra em suas melhores qualidades.*³¹

Notemos que os árcades brasileiros *enriquecem a literatura portuguesa*, fazem parte de um *vasta região* e são *americanos*: apenas em um momento é dito que o *espírito nacional* foi neles apagado pela *educação européia*. Não são aqui, como não seriam nas histórias literárias do século XIX, considerados como *brasileiros*, e, por isso, como membros de uma outra literatura, que por mais que imbricada com a portuguesa, dela se diferencia.³²

Seria necessário esperar o século XX, e as histórias literárias mais recentes, para que o diálogo, existente, mas subterrâneo, entre essas duas literaturas escritas em uma mesma língua, pudesse vir à tona. Mas mesmo nesse momento, o que acabamos por encontrar são manifestações esporádicas e pouco significativas.

Ainda na *História da Literatura Portuguesa* de Mendes dos Remédios, encontramos um quase total silêncio sobre as letras brasileiras, já que delas praticamente nada é referido, para além dos aspectos que já acima indicamos. Curiosamente, numa parte introdutória sobre a “Escola Romântica”, são comentadas várias literaturas nacionais: a espanhola, a francesa, a italiana, a inglesa, a alemã, a russa, e mesmo a escandinava e a romena.³³ Sobre a literatura brasileira, porém, é dito: “Deveríamos consagrar neste lugar um parágrafo à literatura de nossos irmãos dalém mar (...). Mas entendemos melhor remeter o leitor a quem o assunto interesse para o *Compêndio de História da Literatura Brasileira* (...) e para a *História da Literatura Brasileira* de José Veríssimo.”³⁴ Assim, o muito que haveria a ser dito acaba por levar o autor a nada dizer.

Será apenas em Saraiva e Lopes que encontraremos, mesmo que de forma ocasional, a presença não só de escritores, mas também a de alguns críticos brasileiros, em especial, nesse segundo caso, os que trabalham com a literatura portuguesa.

Como, pelo que sabemos, a situação nas histórias literárias brasileiras não é muito diferente da que aqui descrevemos, poderíamos, para concluir nossa reflexão, citar um trecho de Miguel de Unamuno que, apesar de se referir à inexplicável falta de relações entre as literaturas espanhola e portuguesa, seria perfeitamente aplicável à essa mesma ausência, nas literaturas de língua portuguesa:

Aqui en España, no es la literatura portuguesa todo lo conocida y apreciada que debería ser, (...).

*Mas, aun siendo los dos países vecinos aislados los dos, en cierto modo del resto de Europa, yo no sé qué absurdo sino nos ha mantenido separados en lo espiritual. En Madrid es más fácil encontrar un libro inglés, alemán o italiano que no portugués (...).*³⁵

Infelizmente, é mais fácil encontrar um livro de uma literatura estrangeira, traduzido ou não, do que um livro português, no Brasil, ou um brasileiro, em Portugal. E se os dois países não são isolados em seus continentes – como o comprovam o Mercosul e a União Européia – é certamente incompreensível que não sejam espiritualmente unidos. Na entrada do terceiro milênio, passados quinhentos anos do *achamento* do Brasil, parece-nos ser fundamental que, sem ressentimentos, tentemos construir histórias literárias em que as vozes em português possam, na sua diversidade e pluralidade, estar presentes.

Bibliografia

- ABDALA JÚNIOR, Benjamin. *Terra Morta e outras terras: sistemas literários nacionais e o macrossistema literário da língua portuguesa. Convergência Lusíada*, Rio de Janeiro, Real Gabinete Português de Leitura, n.17, p.62-73, 2000.
- ALEXANDRE, Valentim. A questão brasileira e a emergência do nacionalismo português (1808-1825). *Actas do Congresso Luso-Brasileiro Portugal-Brasil Memórias e Imaginários*. Lisboa: Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 2000. v.1, p.675-688.
- BUENO, Aparecida de Fátima. *Pessoa e Camões revisitados por Saramago*. *Revista da ABRAPLIP*, Belo Horizonte, Associação Brasileira de Professores de Literatura Portuguesa, n.1, p.29-44, 1999.
- CÂNDIDO, Antônio. *Formação da Literatura Brasileira*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981.
- FERREIRA, José Maria de Andrade, CASTELO BRANCO, Camilo. *Curso de Literatura Portuguesa*. Lisboa: Livraria Editora de Mattos Moreira & Cia, 1875.
- FIGUEIREDO, Fidelino de. *História da Literatura Clássica*. 3ª ed. São Paulo: Anchieta, 1946a.
- FIGUEIREDO, Fidelino de. *História da Literatura Realista*. 3ª ed. São Paulo: Anchieta, 1946b.
- FIGUEIREDO, Fidelino de. *História da Literatura Romântica*. 3ª ed. São Paulo: Anchieta, 1946c.
- GARRETT, Almeida. *Bosquejo da História da Poesia e Língua Portuguesa*. In: SIMÕES, João Gaspar. *Almeida Garrett*. Lisboa: Editorial Presença, 1964.
- GARRETT, Almeida. *Bosquejo da História da Poesia e Língua Portuguesa*. Lisboa: Empresa da História de Portugal, 1904.
- GARRETT, Almeida. *Camões*. Porto: Livraria Chardron, s.d.
- LIMA, Isabel Pires de. *As Máscaras do Desengano*. Lisboa: Caminho, 1987.
- LOURENÇO, Eduardo. *O Labirinto da Saudade*. 2ª ed. Lisboa: Dom Quixote, 1982.
- MEDINA, João. *Eça Político*. Lisboa: Seara Nova, 1974.
- OLIVEIRA, Paulo Motta. Em naus que são construídas daquilo de que os sonhos são feitos: a poesia como um novo navegar. In CORRÊA, Almir Aquino (org.). *Navegantes dos Mares às Letras*. Londrina: Ed. UEL, 1997. p.190-199.

- OLIVEIRA, Paulo Motta. Esperança e Decadência: as imagens de Portugal na segunda série de *A Águia. Sínteses*, Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem da UNICAMP, n.1, p.284-301, 1996.
- OLIVEIRA, Paulo Motta. De navegações e naufrágios: imagens de Portugal de Garrett a Pessoa. In: PEREIRA, Edgard, OLIVEIRA, Paulo Motta, OLIVEIRA, Silvana Pessoa. *Interseções Ensaios de Literatura Portuguesa*. Campinas: Komed, 2001.
- PIRES, António Machado. *A Ideia da Decadência na Geração de 70*. 2ª ed. Lisboa: Vega, 1992.
- REMÉDIOS, Mendes dos. *História da Literatura Portuguesa*. Lisboa: Lumen, 1921.
- SARAIVA, António José e LOPES, Óscar. *História da Literatura Portuguesa*. 12ª ed. Porto: Porto Editora, 1982.
- SERRÃO, Joel. *Do Sebastianismo ao Socialismo*. Lisboa: Livros Horizonte, 1983a.
- SERRÃO, Joel. *Temas de Cultura Portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte, 1983b.
- TORGAL, Luís Reis, MENDES, José Amado, CATROGA, Fernando. *História da História em Portugal*. Lisboa: Temas e Debates, 1998.
- UNAMUNO, Miguel de. *Escritos de Unamuno sobre Portugal*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, 1985.

Notas

¹ As primeiras edições das três histórias foram publicadas em anos distintos. *A História da Literatura Romântica* havia sido publicada em 1913, a da literatura realista em 14 e a da literatura clássica em 17. Existem, ainda, no volume sobre a literatura realista, seis apêndices, alguns sobre a literatura posterior ao realismo, que foram escritos nos anos 30 e 40.

² Figueiredo, 1946b, p.340.

³ Figueiredo, 1946c, p.396.

⁴ Cândido, 1981, p. 9-10.

⁵ Sobre esse aspecto concordamos integralmente com as considerações tecidas por Aparecida de Fátima Bueno (1999).

⁶ Ver, entre outros, Abdala Júnior, 2000.

⁷ Esse livro havia sido planejado, originalmente, por Ferreira, que escreveu o primeiro volume, sobre a história da literatura portuguesa até 1580. Com a morte desse autor, Camilo Castelo Branco, aceitando o pedido dos editores (Cf. Ferreira, Castelo Branco, vol. 1, 1875, sem paginação), escreveu o segundo volume, em que analisa a literatura portuguesa de 1580 até as obras de Almeida Garrett e Feliciano de Castilho.

⁸ Ferreira, Castelo Branco, 1875, vol. 2, p.7.

⁹ São os seguintes os períodos em que é dividida a história da literatura portuguesa nos vários livros:

No *O Bosquejo da História da Língua e da Poesia Portuguesa*: primeira época - fins do XIII século até aos princípios do XVI século; segunda época - desde os princípios do XVI até os do XVII século; terceira época - começo até o fim do XVII século; quarta época - fins do XVII, até meados do XVIII século; quinta época - meio do século XVIII até o fim ; sexta época - século XIX. (Garrett, 1964; Garrett, 1904).

No *Curso de Literatura Portuguesa*: primeira época - de 1139 a 1290; segunda época - de 1290 a 1383; terceira época - de 1384 a 1495; quarta época - de 1495 a 1580; quinta época - de 1580 a 1700; sexta época - o décimo oitavo século. (Ferreira, Castelo Branco, 1875).

No *Curso de História da Literatura Portuguesa*: primeira época - século XII a XIV; segunda época - século XV; terceira época - século XVI; quarta época - século XVII; quinta época - século XVIII; sexta época - século XIX. (Braga, 1885).

- ¹⁰ Mesmo no século XX essa divisão, apesar de bem mais cristalizada, não pode ser vista como consensual. Confronte-se, por exemplo, as várias histórias da literatura escritas por Fidelino de Figueiredo (1946), seja com a escrita por Mendes dos Remédios (1921), seja com a de Lopes e Saraiva (1982).
- ¹¹ Já foi publicada em Portugal uma *História da História em Portugal*, mas nela a história literária praticamente não aparece (Cf. Torgal, Mendes, Catroga, 1998).
- ¹² Garrett, 1964, p.163. Todas as citações de Garrett foram confrontadas com a edição Garrett, 1904.
- ¹³ Garrett, 1964, p.173.
- ¹⁴ Garrett, 1964, p.173.
- ¹⁵ Garrett, 1964, p.173.
- ¹⁶ Garrett, 1964, p.177.
- ¹⁷ Garrett, 1964, p.178.
- ¹⁸ Garrett, 1964, p.181.
- ¹⁹ Garrett, 1964, p.188.
- ²⁰ Garrett, 1964, p.188.
- ²¹ Garrett, 1964, p.193.
- ²² Garrett, 1964, p.200. É certamente paradigmático que Camões, o grande cantor da *decadência nacional*, tenha sido transformado em personagem, por Garrett, em um livro publicado no ano anterior à publicação desse prefácio (Cf. Garrett, s.d.). Também o épico, em *Os Lusíadas*, ao lado da visão negativa do presente, possuía uma *visão esperançosa* sobre o futuro.
- ²³ Ferreira, Castelo Branco, 1875, p.313. Devemos aqui notar que esse *período de ouro* não é o mesmo para Garrett, já que para este autor ele ocorre durante o reinado de D. João III.
- ²⁴ Ferreira, Castelo Branco, 1875, vol. 1 , p. 313.
- ²⁵ Ferreira, Castelo Branco, 1875, vol. 2, p. 270.
- ²⁶ Braga, 1885, p. 60.
- ²⁷ Braga, 1885, p. 61.
- ²⁸ Serrão, 1983, p. 43-46. Nesta citação em itálico, as palavras em redondo estão em itálico no original.
- ²⁹ Ver, por exemplo, Lourenço, 1982, e Medina, 1974. Sobre períodos e autores específicos, ver também, entre outros, Lima, 1987 e Pires, 1992.
- ³⁰ Já trabalhei sobre aspectos dessa questão em Oliveira, 1996; Oliveira, 1997 e Oliveira, 2001.
- ³¹ Garrett, 1964, p.185.
- ³² A postura aqui assumida por Garrett parece ser, no campo literário, a mesma que existiu nas cortes decorrentes da revolução de 1820. Essa postura, analisada de forma consistente por Valentim Alexandre (2000), pode ser percebida, por exemplo, no trecho abaixo, do discurso do deputado José de Arriaga Brum da Silveira:
- “Eu considero os portugueses em qualquer parte que se achem sempre dotados do mesmo espírito, e caráter nacional, e homogêneos em linguagem, costumes, religião, governo e patriotismo. (...) Os portugueses de hoje não degeneraram, e portanto não compreendo como não possa quadrar para os portugueses no Brasil a mesma Constituição política, que liga os portugueses na Europa.” (*Diário das Cortes*, sessão de 3 de julho de 1822, p.679-682. *Apud* Alexandre, 2000, p. 685)
- ³³ Remédios, 1921, p. 507-517.
- ³⁴ Remédios, 1921, p. 517.
- ³⁵ Unamuno, 1985, p.120.